

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA  
CATARINA**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**

## **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012**

### **Conteúdo**

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações dos superávits**

**Demonstrações das mutações do patrimônio social**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Conselheiros e Administradores da  
**Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina**  
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina (“Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações dos superávits, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC T 19.41) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2013, a Entidade mantinha registrado na rubrica “Imobilizado” o montante de R\$ 25.413.034, conforme Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis. A Administração da Entidade contratou durante o exercício de 2013 uma empresa especializada para realização de levantamento patrimonial e avaliação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, cujo objetivo é identificar, mensurar e regularizar os bens integrantes do seu ativo imobilizado. Entretanto, esse trabalho não foi concluído até a emissão do nosso relatório. Em virtude da falta do laudo de avaliação do imobilizado e vida útil dos bens para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Conseqüentemente, não foi possível assegurarmos sobre o adequado registro e apresentação da rubrica “Imobilizado - ativo não circulante”, bem como seus reflexos no resultado do exercício.

### **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**

Em nossa opinião, exceto quanto ao assunto mencionado na seção “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da **Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC T 19.41).

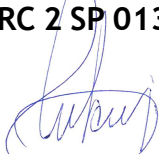
### **Outros assuntos**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentados para fins de comparação foram por nós auditados, para o qual emitimos relatório com opinião adversa datado de 10 de junho de 2013. Os assuntos que basearam aquela opinião foram solucionados no exercício de 2013 e se encontram descritos resumidamente abaixo

1. Ausência de suporte documental para saldo de caixa de R\$ 42.664;
2. Diferenças identificadas nas confirmações recebidas de instituições financeiras com os registros contábeis no montante de R\$ 270.104;
3. Saldos de contas correntes bancárias informadas pelas instituições financeiras que não constavam na contabilidade no montante de R\$ 55.343;
4. Adiantamentos às subseções no montante de R\$ 944.031 os quais não possuíam suporte documental;
5. Adiantamentos a empregados no montante de R\$ 12.353 os quais não possuíam suporte documental;
6. Ausência de registro documental de adiantamentos realizados à diretoria no montante de R\$ 297.000;

7. Diferenças nas confirmações da rubrica de investimentos no montante de R\$ 131.743;
8. Diferenças nos controles auxiliares de anuidades a receber no montante de R\$ 158.356;
9. Ausência de controle analítico e de registro de depreciação para os bens que compõem o ativo imobilizado;
10. Ausência de suporte documental para a reserva de reavaliação registrada no montante de R\$ 48.518.904;
11. Obrigações com fornecedores relativamente à competência 2012 no montante de R\$ 382.172 que não estavam registradas contabilmente;
12. Ausência de registro de provisão de férias no montante de R\$ 805.183;
13. Saldos de operações de empréstimos e financiamentos informadas pelas instituições financeiras a menor na contabilidade em R\$ 142.654;
14. Saldos de obrigações estatutárias com CAASC, Conselho Federal e FIDA a maior em R\$ 1.340.079;
15. Ausência de confirmação de advogados;
16. Registro de R\$ 4.537.255 a título de receitas decorrentes de anuidades de advogados os quais são relativas ao exercício de 2013, porém foram registradas no exercício de 2012.

Florianópolis, 25 de abril de 2014.



# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo			
	Nota	31/12/13	31/12/12		Nota	31/12/13	31/12/12
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.990.687	1.563.489	Fornecedores		629.403	24.533
Anuidades a receber	5	4.272.712	30.304.679	Empréstimos e financiamentos	10	533.155	1.961.662
Defensoria dativa a receber	6	6.969.854	10.904.100	Obrigações trabalhistas e sociais	11	1.248.682	679.313
Outros créditos	7	241.067	960.176	Obrigações estatutárias	12	2.804.485	1.340.079
		<u>17.474.320</u>	<u>43.732.444</u>	Anuidades a realizar	13	3.320.491	41.208.779
				Outras obrigações		17.962	22.849
						<u>8.554.178</u>	<u>45.237.215</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Investimentos	8	152.010	175.522	Empréstimos e financiamentos	10	3.173.118	-
Imobilizado	9	25.413.034	72.766.750	Provisão para contingências	14	1.400.979	-
		<u>25.565.044</u>	<u>72.942.272</u>			<u>4.574.097</u>	<u>-</u>
				<b>Patrimônio social</b>	15		
				Superávits acumulados		29.911.089	22.918.597
				Reserva de reavaliação		-	48.518.904
						<u>29.911.089</u>	<u>71.437.501</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>43.039.364</u></u>	<u><u>116.674.716</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio social</b>		<u><u>43.039.364</u></u>	<u><u>116.674.716</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

## Demonstrações dos superávits Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em Reais)

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>21.546.835</b>	<b>17.090.343</b>
Anuidades de advogados	18.221.847	14.434.367
Aluguéis	606.068	-
Taxas e emolumentos	2.718.920	2.655.976
<b>Receitas/(despesas) operacionais</b>	<b>(20.111.555)</b>	<b>(13.942.723)</b>
Contribuições estatutárias	(5.503.317)	(4.618.998)
Despesas administrativas	(24.084.017)	(20.189.037)
Outras receitas	9.475.779	11.117.045
Outras despesas	-	(354.886)
Receitas patrimoniais	-	103.153
<b>Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas</b>	<b>1.435.280</b>	<b>3.147.621</b>
Receitas/(despesas) financeiras líquidas	(1.203.561)	53.784
<b>Superávit do exercício</b>	<b>231.719</b>	<b>3.201.405</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

## Demonstrações das mutações do patrimônio social Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em Reais)

	Reserva de reavaliação	Superávits acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2011 (não auditado)	48.518.904	20.032.508	68.551.412
Ajuste de exercícios anteriores	-	(315.316)	(315.316)
Superávit do exercício	-	3.201.405	3.201.405
Em 31 de dezembro de 2012	48.518.904	22.918.597	71.437.501
Reversão Reserva Reavaliação	(48.518.904)	-	(48.518.904)
Ajuste de exercícios anteriores	-	6.760.773	6.760.773
Superávit do exercício	-	231.719	231.719
Em 31 de dezembro de 2013	-	29.911.089	29.911.089

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

## Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em Reais)

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Superávit líquido do exercício	231.719	3.201.405
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Provisão para Contingências	1.400.979	-
Ajuste de exercício anterior	6.760.733	(315.316)
	<u>8.393.431</u>	<u>2.886.089</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Anuidades a receber	26.031.967	(5.230.713)
Defensoria Dativa a receber	3.934.246	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	719.109	(430.149)
	<u>30.685.322</u>	<u>(5.660.862)</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	604.870	24.533
Obrigações trabalhistas e sociais	569.369	188.651
Obrigações estatutárias	1.464.406	(286.116)
Anuidades a realizar	(37.888.288)	5.230.713
Outras obrigações	(4.887)	8.502
	<u>(35.254.530)</u>	<u>5.166.283</u>
<b>Recursos líquidos absorvidas nas atividades operacionais</b>	<u>3.824.223</u>	<u>2.391.510</u>
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de investimentos		
Aumento no investimento	23.512	(101.503)
Aumento no imobilizado/intangível	(1.165.148)	(4.791.520)
<b>Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos</b>	<u>(1.141.636)</u>	<u>(4.893.023)</u>
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamento		
Aquisição de empréstimos e financiamentos	1.744.611	(1.379)
<b>Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento</b>	<u>1.744.611</u>	<u>(1.379)</u>
<b>Aumento nos saldos de caixa e equivalentes</b>	<u>4.427.198</u>	<u>(2.502.892)</u>
Disponibilidades no início do exercício	1.563.489	4.066.381
<b>Disponibilidades no final do exercício</b>	<u>5.990.687</u>	<u>1.563.489</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012  
(Em Reais)**

---

**1. Contexto operacional**

A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, constituída através do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina é sediada na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4860, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da lei 6.404/76, alterada pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), NBC T - Normas Brasileiras de Contabilidade, nº 10.19 do Conselho Federal de Contabilidade, com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído por meio da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de abril de 2014 e serão posteriormente ratificadas pela Comissão Orçamentária da Entidade.

Para a entidade não há diferenças entre o superávit abrangente do exercício e o superávit do exercício. Dessa forma, a entidade apresenta apenas a demonstração do superávit.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012  
(Em Reais)

---

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles indicados de outra forma, representando a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

**2.1. Ajustes de exercícios anteriores**

A administração da Entidade registrou o montante de R\$ 6.760.773 relativamente a ajustes de exercícios anteriores, os quais foram necessários para correção dos saldos de abertura das contas contábeis e pela mudança de regime de reconhecimento das despesas e receitas. A Entidade adotava anteriormente um sistema misto de reconhecimento das Receitas e Despesas. As Receitas eram reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência. Demonstramos abaixo um quadro sumário dos ajustes realizados em cada rubrica:

Caixa e equivalentes de caixa	264.196
Outros créditos	(2.002)
Defensoria dativa a receber	9.969.854
Investimentos	(73.069)
Fornecedores	(25.043)
Obrigações trabalhistas e sociais	(811.390)
Obrigações estatutárias	(33.573)
Empréstimos e financiamentos	(142.306)
Contribuições obrigatórias	14.891.881
Provisão para perdas sobre contribuições obrigatórias	(10.424.317)
Receitas a realizar	(4.537.167)
Provisão para contingências	(1.372.255)
Adiantamentos às subseções	(944.031)
Outras obrigações a pagar	(5)
	<u>(6.760.773)</u>

**3. Descrição das principais práticas contábeis**

**3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, com vencimento original de até três meses. Estão demonstrados ao custo acrescido das numerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

**3.2. Anuidades e defensoria dativa a receber**

As anuidades a receber estão registradas pelos valores fixados em cada exercício e estão refletidas pelo valor presente de realização.

### **3.3. Provisão para perdas**

A provisão para perdas é constituída com base na análise das perdas históricas dos créditos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber.

### **3.4. Ativo imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção e reavaliação.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos.

### **3.5. Passivo circulante e não circulante**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo e o risco de cada transação.

### **3.6. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade e pelos seus consultores jurídicos, quando necessário.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012  
(Em Reais)

---

### 3.7. Contribuições Estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre as receitas brutas mensais de anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias, considerando inclusive as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei nº. 8.906/94, nos seguintes percentuais:

- 10% para ao Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

Os passivos correspondentes são provisionados com base nas anuidades recebidas, líquidas das provisões para perdas constituídas.

### 3.8. Apuração do superávit (déficit)

As receitas de anuidades recebidas pelos advogados são reconhecidas pelo regime de competência. As demais receitas da entidade e os gastos com sua manutenção também são registrados pelo regime de competência.

### 3.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro não são devidos, em virtude da OAB gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 5º do artigo 45 da Lei Federal 8.906/94, de 4 de julho de 1994.

## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

### Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Em Reais)

---

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa seccional	4.907	60
Caixa subseções	35.496	42.604
Bancos conta movimento seccional	523.624	392.013
Bancos conta movimento subseções e filiais	761.984	546.110
Bancos conta movimento de CNPJ próprio	-	16.673
Bancos conta arrecadação	1.666.405	136.727
Bancos conta poupança	63.001	94.476
Aplicações financeiras	2.935.269	334.826
	<u><u>5.990.687</u></u>	<u><u>1.563.489</u></u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3.

A Entidade tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

#### 5. Anuidades a receber

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Anuidades a receber - exercício corrente	3.784.866	-
Anuidades a receber - exercícios anteriores	10.500.057	30.304.679
(-) Cheques a compensar	(12.765)	-
(-) Provisão para perdas	(9.999.446)	-
	<u><u>4.272.712</u></u>	<u><u>30.304.679</u></u>

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Entidade realiza análises da rubrica anuidades a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento.

## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

### Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Em Reais)

---

Os cálculos da estimativa de perdas de créditos são obtidos pela aplicação do percentual de 70% do total de créditos do exercício e 70% do total dos créditos de exercícios anteriores. Os percentuais de inadimplência foram calculados baseados na média histórica de recebimentos passados e na proposta orçamentária de 2014, na qual a Entidade espera recuperar 30% de créditos em atraso.

Demonstramos abaixo a movimentação da provisão para perdas:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	-	-
Adições	(9.999.446)	-
Exclusões	-	-
	<u>(9.999.446)</u>	<u>-</u>

#### 6. Defensoria Dativa a receber

Em 02 de dezembro de 2013 foi celebrado o Protocolo entre o Estado de Santa Catarina e a Entidade para estabelecer procedimentos e cronograma de pagamentos de honorários advocatícios pela prestação de Assistência Judiciária e Jurídica Gratuita efetuada pelos advogados do Estado de Santa Catarina anteriormente ao exercício de 2013. O protocolo celebrado estabeleceu o pagamento de R\$ 99.698.545 para cobertura destes honorários aos advogados, sendo os valores pagos diretamente a cada advogado. De acordo com o artigo 5º da Lei Complementar nº 155 de 15 de abril de 1997, a Entidade tem o direito a receber 10% sobre montante repassado, para custear gastos e despesas com relação à Defensoria Dativa. Desta forma, de acordo com o protocolo celebrado, foi reconhecido o valor de R\$ 9.969.854 a receber pela Entidade.

Demonstramos abaixo a movimentação da conta:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	10.904.100	10.904.100
Reversão de saldos anteriores	(10.904.100)	-
Constituição conforme acordo celebrado	9.969.854	-
Recebimento da primeira parcela	(3.000.000)	-
Saldo final	<u>(6.969.854)</u>	<u>10.904.100</u>

## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

### Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Em Reais)

---

#### 7. Outros créditos

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Adiantamentos a subseções	-	944.031
Adiantamento a empregados	240.717	12.353
Créditos diversos	350	3.792
	<u><b>241.067</b></u>	<u><b>960.176</b></u>

#### 8. Investimentos

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Investimentos diversos	-	5.014
Cotas OABCred	152.010	170.508
	<u><b>152.010</b></u>	<u><b>175.522</b></u>

#### 9. Imobilizado

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Biblioteca	226.454	224.174
Terrenos	11.935.000	46.835.761
Móveis e utensílios	3.139.458	2.785.656
Obras de arte	230	-
Direito de uso de telefone	8.565	8.565
Edifícios	4.435.515	17.709.496
Obras em andamento	121.005	-
Máquinas e equipamentos	2.463.783	2.365.875
Equipamentos de informática e Software	2.538.661	2.297.596
Veículos	479.667	477.230
Outros bens móveis	64.696	62.397
	<u><b>25.413.034</b></u>	<u><b>72.766.750</b></u>



## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012  
(Em Reais)

### 10. Empréstimos e financiamentos

	Taxa	31/12/2013	31/12/2012
OABCRED	CDI + 2,0%a.m.	-	1.961.112
BADESC	12,8%a.a	1.285.000	-
BANCOOB	CDI + 0,6%a.m.	2.421.273	-
Contas correntes devedoras	-	-	550
		<b>3.706.273</b>	<b>1.961.662</b>
Total circulante		<b>(533.155)</b>	<b>(1.961.662)</b>
Total não circulante		<b>3.173.118</b>	<b>-</b>

A Entidade encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos.

### 11. Obrigações trabalhistas e sociais

	31/12/2013	31/12/2012
Salários a pagar	340.196	365.429
Férias a pagar	5.485	-
Provisão de férias	347.451	-
Pensão alimentícia	2.843	2.094
Sindicato	63	63
Empréstimos funcionários a repassar	5.105	2.741
FGTS a pagar	115.632	48.635
INSS a recolher	336.333	185.308
PIS a recolher	17.415	10.390
IRRF - assalariados	51.477	52.706
IRRF - serviços de autônomos	903	2.255
INSS sobre serviços prestados PJ	11.659	-
ISS	3.895	2.974
CSRF	10.225	6.718
	<b>1.248.682</b>	<b>679.313</b>

### 12. Obrigações estatutárias

	31/12/2013	31/12/2012
Cota estatutária Conselho Federal	820.871	588.909
Cota estatutária CAASC	1.713.910	672.099
Cota estatutária FIDA	269.704	79.071
	<b>2.270.476</b>	<b>1.340.079</b>

## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SANTA CATARINA

### Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Em Reais)

---

Estão registradas as obrigações estatutárias conforme previsto no estatuto social da entidade e faz referência às destinações apuradas após a aferição da receita. O cálculo das destinações é realizado de acordo com as seguintes premissas, incluídas no Estatuto da Advocacia e da OAB:

	<u>Percentual</u>
Total das receitas brutas mensais	100%
(-) Deduções	
Base de cálculo	
Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados - FIDA	(2%)
Fundo cultural	(3%)
Conselho Federal	(10%)
Despesas administrativas e manutenção do Conselho Seccional	(45%)
Base para repasse CAASC	40%
<b>Percentual de repasse à CAASC</b>	<b><u>20%</u></b>

#### 13. Anuidades a realizar

Em dezembro de 2013 foram recebidas 5.550 anuidades pagas em cota única, referente ao exercício de 2014, sendo que os advogados que quitaram a cota única tiveram desconto de 20% sobre o valor da anuidade do exercício de 2014. Dessa forma, o montante das Anuidades de 2014 recebidas em cota única durante o mês de dezembro de 2013 totalizou R\$ 4.418.580 e os descontos sobre estas anuidades totalizaram R\$ 1.098.089, recebendo o líquido de R\$ 3.320.491. Estes valores serão reconhecidos na rubrica de receita durante o ano-calendário de 2014 conforme regime de competência.

#### 14. Provisões e passivos contingentes

A Entidade é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de sua operação e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012  
(Em Reais)

---

Demonstramos abaixo a movimentação da Provisão para contingências:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	-	-
Adições	1.400.979	-
Exclusões	-	-
	<u>1.400.979</u>	<u>-</u>

#### 15. Patrimônio social

O Patrimônio Social da Entidade é formado pela acumulação dos superávits (déficits) apurados em cada exercício social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Entidade reverteu a totalidade da reserva de reavaliação registrada em exercícios anteriores, no montante de R\$ 48.518.904 a qual não vinha sendo realizada bem como não possuía fundamento econômico.

#### 16. Seguros

A Entidade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis.

#### 17. Instrumentos financeiros

##### 17.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Entidade opera com diversos instrumentos financeiros com destaque para disponibilidades incluindo aplicações financeiras, anuidades a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

**17.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, anuidades a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar**

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

**17.3. Política de gestão de riscos financeiros**

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela tesouraria.

A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

**17.4. Risco de liquidez**

É o risco da Entidade não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.